

SÁBADO
BRÁSILIA, 23 DE AGOSTO DE 2008

DF. economia

Editora: Maria Eugênia
E-mail: meugenia@jornaldebrasilia.com.br
Editora assistente: Nelza Cristina
E-mail: nelza@jornaldebrasilia.com.br
Telefone: 3343-8047

SERVIDOR COM A EDIÇÃO DAS DUAS MEDIDAS PROVISÓRIAS, ORDEM É EVITAR NOVOS GASTOS

Nem mais um tostão

Da Redação

A prévia das novas tabelas salariais que circularam semana passada na Esplanada dos Ministérios foi combustível suficiente para que boa parte das 54 categorias beneficiadas pelos reajustes começasse a se mobilizar. Os servidores perceberam que nem tudo que foi negociado estará contemplado nas duas medidas provisórias que o Palácio do Planalto enviará para o Congresso na semana que vem. Entretanto, o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, adianta: "Não concederemos um centavo a mais do que foi acertado".

A declaração foi da-

da numa referência à movimentação de sindicalistas para encerrar emendas no texto, com o objetivo de inflar os índices de reajuste, tentativa que ocorreu com a Medida Provisória 431/08, que reajustou os salários de 800 mil servidores civis e 700 mil militares. Somente na Câmara dos Deputados, a MP recebeu 260 emendas.

"Isso virou uma febre de equiparações e não temos condições de aceitar, porque o gasto, que já vai aumentar bastante, estouraria. Vamos vetar tudo o que signifique mais aumento de despesa", completou Bernardo.

E não é só isso. Depois de aprovado o pacote de reajustes, pelo menos nos próximos três anos o Governo Federal não vai querer ouvir falar em mudanças no contracheque do funcionalismo público. Com a edição das duas medidas provisórias que estão recebendo as pinceladas finais da Casa Civil, cerca de 350 mil servidores serão beneficiados com aumentos até 150%.

■ Fatura

As duas, mais a MP 431, que depende de aprovação do Senado, vão custar aos cofres pú-

"Isso virou uma febre de equiparações e não temos condições de aceitar aumento de despesa"

PAULO BERNARDO, MINISTRO DO PLANEJAMENTO

blicos, até 2011, R\$ 43,5 bilhões. Não é por menos que, depois de aprovados os reajustes, o governo quer ressuscitar e dar prioridade total ao projeto de lei que restringe o crescimento das despesas correntes e estabelece limites para gastos com pessoal, empacado no Congresso desde o ano passado.

A proposta estabelece que as despesas não podem ultrapassar, até 2016, o valor do exercício anterior corrigido pelo Ín-

dice de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA), mais aumento real de 1,5%.

■ Resistência

A idéia da equipe econômica é desacelerar os gastos com pagamento do funcionalismo para evitar que a folha cresça mais do que o Produto Interno Bruto (PIB). Enviado ao Congresso em 2007, o projeto enfrentou resistência da própria base aliada e não chegou a ser votado. Mas o governo promete bater nesse tecla após as eleições. Para Bernardo, este é o momento adequado para avançar com o projeto, uma vez que as principais carreiras serão contempladas com reajustes.

A questão foi tratada em reunião, quinta-feira à noite, entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e Arlindo Chinaglia, presidente da Câmara dos Deputados. O parlamentar avisou que não haveria problemas em votar as MPs com os reajustes, já que um dispositivo da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) prevê que qualquer aumento de pessoal para 2009 só pode valer se a proposta chegar ao Congresso até o dia 29.